DESIGUALDADE RACIAL

O diploma não paga igual

Oito estudos mostram que a desvantagem do estudante negro se acumula da escola à universidade. Segundo o IBGE, o diploma pouco influi no mercado de trabalho. Evelyn de Carvalho conta o que custa esse caminho

» JOÃO PEDRO DE LARA RESENDE*

Todo mês, os pais de Evelyn de Carvalho mandam R$ 400 para Rio das Ostras (RJ). O dinheiro vem principalmente do pai, pedreiro de 63 anos que trabalha de domingo a domingo. Com a bolsa de iniciação científica, de R$ 700, ela paga o restante do aluguel da quitinete. "Sem as bolsas, eu não ia conseguir me manter", diz a estudante, de 23 anos, do 6º período de psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Evelyn é do quilombo da Rasa, em Armação dos Búzios, e entrou na universidade em 2024, por uma vaga reservada a quilombolas. Quase três anos depois, ainda não se sente parte dela. "Parece que aqui o meu máximo é sempre o meu mínimo", resume.

Quando se formar, vai encontrar um mercado em que o diploma rende menos para quem é negro. Em 2024, o trabalhador branco com ensino superior ganhava 44,6% a mais por hora que o preto ou pardo com a mesma formação, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para as mulheres negras, a distância cresce: com diploma, recebiam R$ 4.837 a menos por mês que os homens brancos no 2º trimestre de 2025, cerca de R$ 58 mil por ano, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

No mês da Consciência Negra, oito estudos financiados pelo Instituto Iandê e pela Imaginable Futures, apresentados em setembro na Ação Educativa, em São Paulo, investigam como essa diferença se forma em cada etapa da educação. "A educação é condição necessária, mas não é suficiente se não reformarmos o mercado de trabalho, reduzirmos a discriminação e enfrentarmos a estrutura tributária regressiva", afirmou, no seminário, o economista Michael França, do Núcleo de Estudos Raciais do Insper.

Vera Machado/DARA/IESP-Uerj



Tiburcio: "desvantagens dificultam o acesso e a permanência"

Arquivo pessoal



Evelyn, quilombola: "Sem as bolsas, eu não ia conseguir me manter"

A escola cobra primeiro

"Eu sempre estive muito atrasada nas matérias", lembra Evelyn, que na escola foi "a última a aprender a ler". Numa casa que, nas palavras dela, "vivia de políticas públicas, de Bolsa Família", os pais pagaram um cursinho caro, mas ela não acompanhava as aulas num ambiente que descreve como "extremamente elitizado" e passou a estudar em casa.

Segundo o Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais, 65,1% dos estudantes negros da educação básica estavam, em 2025, em escolas predominantemente negras. Nelas, 43,6% das matrículas ficam em unidades sem quadra de esportes, contra 24,3% nas predominantemente brancas. Muitos jovens nem chegam ao fim da etapa: a Ação Educativa contou 7,9 milhões de pessoas de 15 a 29 anos fora da escola e sem a educação básica completa em 2025. Em 2024, 72,3% dos jovens nessa condição eram negros.

A conclusão do ensino médio avançou, mas a distância persiste. Segundo o Afro-Cebrap, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 84,9% dos brancos de 20 a 29 anos e 72,7% dos negros tinham terminado a etapa em 2025. Nem a renda alta iguala as chances: entre homens de alta renda de áreas urbanas, a probabilidade estimada de concluir é de 92,1% para brancos e de 86,0% para negros. "A renda ajuda menos quem é negro", resumiu Ana Clara Ramos Simões, uma das autoras. "A linha de chegada está longe."

Distância muda de lugar

Para permanecer na universidade, parte dos estudantes depende do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Pretos e pardos passaram de 56,7% para 61,7% dos beneficiários entre 2022 e 2024, segundo o DARA, núcleo do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. "É importante destacar que o PNAES não é uma política declaradamente com recorte racial", afirmou o pesquisador do DARA Antonio Carlos Tiburcio. O que acontece com esses estudantes depois da formatura ainda é pouco conhecido. Tiburcio, que investiga no doutorado a passagem de cotistas da Uerj para o mercado de trabalho, diz que o maior entrave é o acesso a dados.

Na UFF, Evelyn só conseguiu a primeira bolsa no 4º período, depois de entender, como diz, "a regra do jogo". Numa apresentação, contou à turma que era quilombola, e um professor pediu que explicasse a rotina de trabalho no quilombo, como se a comunidade estivesse parada no passado. "Fiquei sem chão", lembra. Ela conhecia a teoria e os autores, mas, diz, "aquilo te paralisa de uma forma que você fica sem reação". "O quilombo, na verdade, não é falado em aula nenhuma", afirma.

O elo que falta

Evelyn cursa o estágio básico 3 e aguarda a seleção para os próximos, entre eles vagas em serviços públicos. Nelas, a ponte entre formação e emprego quase não aparece: das 913 ações municipais de igualdade racial mapeadas pela Fundação Tide Setubal, apenas 10 eram de reserva de vagas. "O mercado não recebe todos os diplomados em condições iguais", afirma Delton Aparecido Felipe, coordenador da pesquisa.

Evelyn pretende fazer mestrado e doutorado. "A única coisa de que eu tenho certeza é que parar eu não posso", afirma. "Para mim, é compreender, entender esse meu lugar no mundo como uma possível intelectual. Uma possível intelectual negra e quilombola."

***Estagiário sob a supervisão de Ana Sá**